

# VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQI+: PROPOSTAS DE AÇÃO PEDAGÓGICA E SOCIAL PARA O COMBATE À HOMOFOBIA.

Nilson Antônio Guzzo Junior<sup>1</sup>

Danielle de Almeida Moreira Candelária Martins<sup>2</sup>

Stephen Bigler<sup>3</sup>

Regina Celia Pereira de Moraes<sup>4</sup>

## RESUMO

Este artigo trata de uma análise investigativa para entender a violência contra o grupo LGBTQI+, tendo como base as reflexões sobre os tipos de violências na Campanha da Fraternidade 2018 e a proposição de uma intervenção educativa no evento FLICC (Fórum Literário e Científico do Castelo), ação curricular proposta pelo Instituto Nossa Senhora da Glória, Castelo – Macaé/RJ. O Brasil é o país que mais mata pessoas da comunidade LGBTQI+ no mundo. Nas sociedades marcadas pelas (in)diferenças e (des)igualdades do atual tempo, os LGBTQI+ devem ser refletidos em suas diversas dimensões, na busca para entender como eles vivenciam as dificuldades da violência e a falta de aceitação no meio social. Muitas pessoas pensam que agressão é quando existe uma troca de violência física, mas existem outras formas de agressões e violências. Respeito é a palavra chave para que a sociedade saiba lidar com o outro, suas escolhas e diferenças. A comunidade LGBTQI+ quer poder viver e não apenas sobreviver no mundo. Em pleno século XXI é preciso discutir esse assunto em todos os espaços sociais para se abrir o debate sobre o respeito e a tolerância e para fazer valer a voz deles, assim como a de Pablo Vittar em seu clipe Indestrutível, lançado em 2018: "Está na hora de transformar o preconceito em respeito, de aceitar as pessoas como elas são e querem ser. Está na hora de olhar na cara da homofobia e dizer: eu sou assim, e daí?"

**Palavras-chave:** Homofobia, Violência de Gênero, LGBTQI+, Ação Educativa.

## INTRODUÇÃO

O problema que se investigou e se traz como questão a ser apresentada neste artigo trata da violência sobre a comunidade LGBTQI+.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação da Universidade Carioca - RJ, juniorguzzo@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Mestrando do Curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação da Universidade Carioca - RJ, professora.daniellealmeida@gmail.com

<sup>3</sup> Mestrando do Curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação da Universidade Carioca - RJ, professorsb@hotmail.com;;

<sup>4</sup> Phd em Ciência da Informação pelo IBICT- Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (Brasil); E-mail: [rmoraes@unicarioca.edu.br](mailto:rmoraes@unicarioca.edu.br)

Há uma crescente discussão nas últimas décadas acerca da homossexualidade. Essa discussão possui um lugar de muita importância perante as aflições que agonizam o mundo, tanto no campo da educação, da cultura, dos valores, da religião, do consumo quanto no da sexualidade.

Segundo a Organização das Nações Unidas e a Anistia Internacional, LGBTQI+ são pessoas com o gênero, sexo, orientação ou identidade de gênero, comumente chamadas de Lésbica, Gay, Bissexual, Transexual, Transgênero, Queer, Intersexual e demais nomenclaturas.

A comunidade LGBTQI+ foi criada aproximadamente no final do século XX. Entretanto, a intolerância e a violência com os indivíduos desta comunidade remontam a épocas muito mais antigas. A LGBTfobia surgiu nos primeiros séculos d.C., persistindo e crescendo assustadoramente até a atualidade. Cada vez mais a ignorância tem se tornado agressiva e gerando mais e mais mortes de indivíduos da comunidade. (FANTINI, 2014).

O rápido e descontrolado desenvolvimento da sociedade moderna trouxe consigo a necessidade de expor e tratar o mal da intolerância. No dia 17 de maio de 1990 a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças. Ainda assim a LGBTfobia não se extinguiu. Cada vez mais é aparente como tal preconceito está relacionado a questões internas ou à ignorância como é apontada na psicanálise de Freud.

Este artigo trata de uma análise investigativa para entender a violência contra o grupo LGBTQI+, tendo como referência as violências refletidas na Campanha da Fraternidade 2018 e propõe uma intervenção educativa, a fim de promover uma reflexão e uma ação através do evento FLICC (Fórum Literário e Científico do Castelo) ação curricular proposta pelo Instituto Nossa Senhora da Glória – Castelo – Macaé – RJ.

A ciência avançou sobre a sexualidade, mas ainda tem muito o que estudar. Além disso, é fato que a sexualidade tem seu papel na construção identitária e na socialização das pessoas, devido à pós-modernidade, quando ocorrem profundas transformações no universo valórico da sociedade, que por muitas vezes atrapalha a passagem para a vida adulta.

Segundo Figueiredo (1998), é preciso reconhecer a sexualidade como construção social, ou seja, dizer que as práticas e desejos são também construídos culturalmente.

Na estruturação da sexualidade não podemos descartar o papel sociológico e importante da família e da escola onde se aprende tradição, costumes, comportamentos e valores. Nesse âmbito, muitas vezes a ideologia de gênero é discutida pela família, como aquela que considera e ensina que homens e mulheres lidam de maneira diferente com o desejo e, por isso, possuem comportamentos específicos esperados pela sociedade. Apesar de existirem diferenças comportamentais, é nesse meio que muitas vezes se aprende e apreende que as meninas devem

ser refreadas, retardando sua introdução à vida sexual, e o meninos devem iniciar cedo para se tornarem adultos.

São nesses ambientes que se define a construção geradora de bases para as discussões sobre todo o viés social do indivíduo. Porém, parece que a sociedade por muitas vezes não está preparada para querer esse debate, criando diversos tabus e códigos que não expressam em sua natureza a real significância dialógica necessária para combater a violência contra os LGBTQI+, sem contar a “Talebanição” da temática por parte das pseudo religiões tradicionais e principalmente igrejas neo cristãs.

Todo este cenário apresentado colabora para um aumento significativo das mais diversas violências apresentadas pela Anistia Internacional no quadro em forma de iceberg sobre violência de gênero.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste artigo é qualitativa e pressupõe uma pesquisa bibliográfica, com os conceitos de Figueiredo, Shankle, Swain, Souto, Vinhal, entre outros. Fez-se uma pesquisa preliminar de campo, com pessoas através das redes sociais dos jovens<sup>5</sup> envolvidos na execução da ação concreta no evento FLICC 2018. Igualmente buscou-se relacionar conceitos, relatos e pesquisas já aplicadas por mídias conceituadas, para enfatizar e corroborar dados estatísticos sobre as violências que a comunidade LGBTQI+ enfrenta no Brasil.

## **DESENVOLVIMENTO**

Compreende-se como LGBT toda a diversidade das culturas baseadas em identidade sexual e de gênero. Englobando todos que não se identificam como heterossexuais ou Cisgênero, não somente Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (SWAIN, 2007). Sendo lésbica: mulher que se relaciona com outra mulher. Gay: homem que se relaciona com outro homem. Bissexual: pessoa que se relaciona com ambos os sexos, tanto mulheres quanto

---

<sup>5</sup>Abigail Reveco, Alana Lenzi da Silva Cunha, Alexya Rodrigues Barros de Oliveira, Amanda de Miranda Valente, Anna Ferreira Coelho, Cristiane Marinho, Gabriela Araújo Rieira Machado, Leonardo Kaminski Perini, Maria Fernanda Almeida de André, Maria Luísa de Barcelos Cardoso, Maria Paula Fonseca de Oliveira, Mariana Suais Vasco Tomazi, Nilson Antônio Guzzo Junior, Raquel Vasconcelos Moreira, Victor de Andrade Dias Gonçalves.

homens. Travesti, transexual ou transgênero: indivíduo que tem a orientação sexual diferente daquela adquirida desde o nascimento (SHANKLE, 2006).

Esse grupo minoritário que busca junto ao Estado de Direito e perante à Justiça o reconhecimento jurídico de sua existência, ainda sofre com o silêncio social. Segundo Piovezan, (2010) silêncio este marcado também no conceito de família. A escola e a família são duas instituições de grande influência na formação e no processo de socialização do sujeito. Os valores são transmitidos, produzidos e reproduzidos em modelos de comportamento da heterossexualidade.

Na efetivação e na prática, esse silêncio dito anteriormente leva a atitudes agressivas das pessoas. Por conta do medo de abordar tais temas, a escola e os órgãos responsáveis pelas políticas públicas muitas vezes se silenciam, criando ambientes repressivos e formando pessoas que não sabem viver e trabalhar com a diversidade.

Uma pesquisa realizada em 2017 pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, mostrou que 32% dos homossexuais entrevistados afirmaram sofrer preconceito dentro das salas de aula e que os educadores ainda não sabem reagir apropriadamente diante das agressões físicas ou verbais no ambiente escolar. Os dados, segundo os pesquisadores, convergem com aqueles apresentados em pesquisa do Ministério da Educação que ouviu 8.283 estudantes na faixa etária de 15 a 29 anos no ano letivo de 2013, em todo o país. A pesquisa do Ministério da Educação constatou que 20% dos alunos não querem colegas de classe homossexuais ou transexuais.

Para Louro, (1997) promover a discussão de Direitos Humanos é uma forma de se alcançar a igualdade. Essa ponderação ética aponta para uma sociedade fraterna, na qual a conquista de respeito e a informação sobre a sexualidade, focando em suas múltiplas variáveis de expressão, tem um espaço único dentro da democracia. Pensar o movimento educacional, o ensino-aprendizagem a partir das articulações dos movimentos sociais como os das feministas, dos deficientes, dos negros, dos LGBTQI+ tem que permitir a abertura e discussão de normativas educacionais direcionadas para a igualdade de direitos no intuito de erradicar com as práticas preconceituosas existentes na sociedade e na escola.

A professora Viviane Melo de Mendonça (2017) diz que a educação para a diversidade não é uma doutrinação capaz de converter as pessoas à homossexualidade, como se isso fosse possível. O objetivo é criar condições dentro das escolas para que professores e alunos possam aprender e ensinar o convívio com as diferenças que naturalmente existem entre todos. Segundo ela, este e outros estudos de gênero e sexualidade contribuem para levantar questões e pensar em ações na escola em uma perspectiva da educação para diversidade e, desse modo, para uma

educação que combata a discriminação e preconceitos, as violências de gênero: contra mulher, homo, lesbo e transfóbica.

A professora Mendonça continua a dizer que é fundamental também que se desconstruam as resistências para se falar da diversidade sexual e das diferenças, bem como das desigualdades persistentes e estruturais em nossa sociedade que são, sim, produtoras das violências.

Goleman e Senge (2015) destacam que é necessário empatia para desenvolver uma sociedade que valorize a diversidade, que apoie e entenda a necessidade de respeito mútuo; e sem conhecer o outro, sua realidade, ou mesmo sem conseguir enxergar-lo como se estivesse em seu lugar, é impossível formar indivíduos empáticos. Entender a existência de uma diversidade sexual é repensar a organização social que possuímos hoje, assegurando assim os direitos dos indivíduos perante a sociedade e o Estado. No dia a dia ainda é encontrado um discurso que trabalha e evidencia somente a heterossexualidade, tida por “normal”. Demais pessoas que não estão nesse viés, ou seja, não são consideradas “corretas”. Normalmente são ignoradas, discriminadas ou excluídas.

A Ciência evoluiu e combate há décadas a caracterização da homossexualidade como doença psiquiátrica ou psicológica. Devido a um discurso religioso ainda arraigado, a sociedade tende a desconsiderar os avanços das Ciências e a reproduzir atitudes de desrespeito ao outro. É preciso desconstruir a compreensão da hegemonia heteronormativa e mostrar a diversidade dos mundos e das pessoas.

Mais cedo ou mais tarde, este assunto estará em pauta no mundo e, a partir de então, as pessoas conseguirão olhar o outro com mais empatia e respeito. É necessário que as instituições formativas e de poder saiam do campo da perplexidade e passem a buscar, com debates e estudos, respostas seguras e estáveis. É o que esperam aqueles que clamam para serem vistos, terem voz e seu espaço.

Esses alunos querem seu espaço e a escola se mostra inoperante nesse assunto. Eles precisam ser respeitados e deixar de sofrer com a homofobia. Vale ressaltar que homofobia é toda forma de discriminação e violência com as pessoas que sofrem com a questão do gênero, segundo os dados da Anistia Internacional. Nada e ninguém pode utilizar de seu direito de liberdade de expressão para subjugar o outro, segundo suas crenças.

Pela falta de bases teóricas e discussões, muitos passam a mascarar sentimentos e desejos para se tornarem “aceitos” ou mesmo evitarem o assédio e o bullying. Outros acabam por agredir de forma irracional aqueles que não se compreendem como diferentes do padrão

pré-estabelecido. Corroborando assim, para a formação de indivíduos depressivos, autodestrutivos e homofóbicos.

A retirada do termo orientação sexual e das discussões sobre questões de gênero dos documentos base para o currículo educacional do país pode levar ao surgimento de uma geração intolerante e não aberta ao diálogo. Como formar uma sociedade plural sem gerar empatia? Como gerar empatia se não há condições do indivíduo conhecer a si mesmo e ao outro? Como desenvolver uma sociedade mais democrática e harmônica se há negação de direitos constitucionais a uma parcela da sociedade cada vez maior e mais reprimida?

Devido à intolerância, a cada 19 horas um indivíduo LGBTQI+ morre, tornando o Brasil líder mundial da violência da LGBTfobia (SOUTO, 2018). No Brasil houve o crescimento de cerca de 30% no índice de violência contra a comunidade LGBTQI+, entre os anos de 2016 e 2017, de 343 para 445 mortes no período.

De acordo com o site M de Mulher, a maioria das mortes em 2017 foram de homens gays, sendo 187 mortes, seguida de travestis, com 132 mortes e mulheres trans, com 46 mortes. A maior parte das mortes foi provocada por armas de fogo e armas brancas, seguida de suicídio e demais causas.

Até o dia 15 de maio de 2018, cerca de 153 pessoas foram vítimas da violência contra LGBTQI+. O campeão dessas ocorrências foi o Estado de São Paulo, com 21 mortes, seguido de Ceará e de Alagoas, com 10 mortes em cada um desses estados. Os estados do Pará, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro tiveram 9 mortes por estado, conforme revelado pelo Correio Braziliense (VINHAL, 2018).

A Secretaria Nacional de Direitos Humanos (MDH) elaborou o Disk 100 para denunciar os casos de violência ocorridos contra essa comunidade. O Disk 100 tornou-se um instrumento informativo oficial para o enfrentamento da violência contra os grupos LGBTQI+, segundo a Diretoria de Análises de Políticas Públicas-FGV (2018).

O dia 17 de maio tornou-se o dia do combate a LGBTfobia, incentivando debates sobre a intolerância à diversidade sexual e violência contra a comunidade LGBTQI+. A data foi escolhida em referência ao dia 17 de maio de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças.

O Brasil registrou 141 mortes de pessoas LGBT de janeiro a 15 de maio de 2019, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB). Segundo a entidade, foram 126 homicídios e 15 suicídios, o que representa a média de uma morte a cada 23 horas.

O número representa uma queda de 8% em comparação ao mesmo período de 2018. Apesar de uma queda do número geral, houve um aumento de 14% do número de homicídios,

de 111 para 126. O número de vítimas mortas dentro de casa foi maior que o em vias públicas, 36 contra 28. A principal causa da morte foi arma branca (39), seguida por arma de fogo (22), espancamento (13) e estrangulamento (8).

O levantamento do GGB é feito com base em notícias publicadas em veículos de comunicação, informações de parentes das vítimas e registros policiais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Dados preliminares de Campo

Na pesquisa preliminar de dados com pessoas respondentes nas redes sociais dos jovens<sup>6</sup> envolvidos na execução da ação no evento FLICC 2018, o grupo se propôs a dialogar com seus amigos em redes sociais e para identificar as violências sofridas pela comunidade LGBTQI+. Foram feitas do dia 3 de setembro de 2018 até o dia 18 de outubro de 2018, duas rodas de papo aberto, com mais de 500 participações na primeira e 107 interações na segunda.

Na primeira roda de papo, foi perguntado aos jovens se eles se identificavam de alguma forma com o grupo LGBTQI+ e 58% das interações disseram que não e 89,6% já ouviram comentários homofóbicos pelos lugares que eles transitaram. Desses jovens da primeira rodada de conversas, 60,2% disseram ter feito alguma intervenção diante do comentário.

Foi questionado a eles se eles já tinham presenciado alguma agressão física a um LGBTQI+ e 91% dos respondentes disseram que não presenciaram. 9% que responderam sim, relataram que 91,7% deles fizeram algo a respeito naquele momento.

Dos participantes da primeira roda de conversa, 36,2% disseram ter recebido ofensas homofóbicas, 5,4% já sofreram agressão física, 73,3% nunca fizeram comentários homofóbicos e 100% falaram que não praticaram nenhuma agressão homofóbica.

Intrigados com essa última resposta do ciclo de conversas, os autores resolveram investigar, na segunda roda de bate papo, onde se teve 107 respostas, foi apresentada a figura do iceberg da Violência de Gênero da Anistia Internacional.

---

<sup>6</sup>Abigail Reveco, Alana Lenzi da Silva Cunha, Alexya Rodrigues Barros de Oliveira, Amanda de Miranda Valente, Anna Ferreira Coelho, Cristiane Marinho, Gabriela Araújo Rieira Machado, Leonardo Kaminski Perini, Maria Fernanda Almeida de André, Maria Luísa de Barcelos Cardoso, Maria Paula Fonseca de Oliveira, Mariana Suais Vasco Tomazi, Nilson Antônio Guzzo Junior, Raquel Vasconcelos Moreira, Victor de Andrade Dias Gonçalves.

Foi perguntado se os participantes sabiam se a violência era tão abrangente e 22,4% disseram que não sabiam dessa abrangência. Assim, voltou-se a perguntar se os participantes tinham praticado alguma das violências apresentadas com os LGBTQI+ e 30,8% disseram que sim.

Entre essas violências, destaca-se 18,7% que disseram ter realizado humor sexista e 9,3% micro-machismo e ignorar um integrante do grupo estudado. Portanto, pode-se concluir o quanto muitos não sabem como se manifesta a violência de gênero em vários níveis e o quanto ainda praticam por mais conscientes que sejam em relação à diversidade.

Assim, o grupo reunido procurou desenvolver e propor uma intervenção educativa, a fim de promover uma reflexão e uma ação, através do evento FLICC (Fórum Literário e Científico do Castelo). Ação curricular proposta pelo Instituto Nossa Senhora da Glória – Castelo – Macaé – RJ, que foi realizada no dia 26 de outubro de 2018.

Na ocasião do evento foi realizada uma intervenção educativa, através de uma sequência didática. Todos os visitantes da FLICC receberam instruções sobre a sigla e a importância das paradas LGBTQI+, logo após assistiram a um vídeo documentário feito pelos alunos, abordando o amor e a forma de amar desse grupo que é tão discriminado. Na sala de exibição havia várias frases de filósofos e personalidades abordando o tema da não violência, do amor, do respeito e da tolerância. Após a exibição, o grupo foi convidado a entrar no stand/labirinto onde foram feitas três paradas reflexivas.

Na primeira parada, os alunos maquiados e com o símbolos desenhado por eles na camisa dos integrantes seguravam placas com dizeres agressivos à comunidade. Todos eles estavam interligados com uma fita vermelha até um painel com várias violências e registradas nas redes sociais. Na segunda parada, eles tiveram uma experiência sensorial com áudios/depoimentos de pessoas da comunidade LGBTQI+ que livremente cederam suas histórias de homofobia e violências. Na terceira parada, foram apresentadas formas de superação da violência, videoclipes e um convite de ação onde cada convidado é chamado a deixar uma mensagem de paz, amor e superação da violência no mural que formou a bandeira LGBTQI+. Na ocasião, o grupo distribuiu adesivos, um marca página e um ingresso para uma dança que expressou de forma artística tudo o que foi abordado no stand/labirinto proposto com intervenção educacional para a feira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia existe uma má interpretação dos Direitos Fundamentais do Homem, devido à falta de conhecimento de boa parte da população mundial. João Batista Herkenhoff (1994) explica que os Direitos Humanos são aqueles direitos fundamentais que a pessoa possui pelo fato de ser gente, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente.

Para Boaventura de Sousa Santos (2003), os Direitos Humanos emergem na atualidade como um referencial de emancipação da sociedade, necessitando mostrarem-se mais presentes e sólidos à frente das pequenas relações de poder cotidianas que não respeitam a liberdade, a igualdade e a solidariedade inerentes a esse conjunto de direitos. Essas relações de poder precisam ser modificadas, para que os cidadãos sejam mais conscientes. Melhor delineando as ideias de Direitos Humanos e Cidadania, Benevides (2001) diz:

Os Direitos Humanos são universais e naturais. Os direitos do cidadão não são direitos naturais, são direitos criados e devem necessariamente estar especificados num determinado ordenamento jurídico. Já os Direitos Humanos são universais no sentido de que aquilo que é considerado um direito humano no Brasil, também deverá sê-lo com o mesmo nível de exigência, de respeitabilidade e de garantia em qualquer país do mundo, porque eles não se referem a um membro de uma sociedade política; a um membro de um Estado; eles se referem à pessoa humana na sua universalidade. Por isso são chamados de direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar especificados numa lei para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos. (Maria Victoria Benevides, 2001, pg 5.)

Com essa explicação, Benevides (2001) sustenta a real necessidade para que todos compreendam na essência o que significam os Direitos Humanos e qual a diferença em relação a outros direitos que podem ser conquistados pelos cidadãos, porque se tornam necessários para sua melhor condição de vida. Além disso, acredita-se que, como em outros países desenvolvidos, o Brasil ainda necessita incorporar a ideia, a prática, a defesa e a promoção dos Direitos Humanos em sua totalidade, na vida política, assim como em outros âmbitos, ou seja, na educação para e pelos Direitos Humanos. E, não há dúvidas, de que a educação é o melhor meio para isso.

A educação em diversos âmbitos - em espaços formais ou não formais - pode oferecer a conscientização, a vivência, o conhecimento da memória e da história de lutas para a defesa desses direitos. É importante criar a cultura social que entenda e respeite o direito de cada povo, em um processo de multiculturalidade inserido na interculturalidade.

Pensamentos homofóbicos, sexistas, patriarcais, machistas e até mesmo preconceitos religiosos constituem a sociedade. Sendo assim, muitas vezes a homossexualidade é tratada

como desordem psicológica ou influência do meio em que vivemos. Porém, até mesmo no mundo animal há comportamento homossexual.

Muitas pessoas acreditam que agressão só existe na violência física, mas há também as agressões que deixam cicatrizes emocionais.

No dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal aprovou a criminalização da homofobia pela Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, permitindo a punição de qualquer discriminação atentatória aos direitos e às liberdades fundamentais. Dez dos onze ministros reconheceram a demora inconstitucional do Legislativo em tratar do tema. Diante desta omissão, por 8 votos a 3, os ministros determinaram que a conduta passe a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), que criminaliza a discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.

Respeito é a palavra chave para que a sociedade possa se tornar mais empática. É de extrema importância que se respeite a liberdade do outro, suas escolhas e diferenças. A comunidade LGBTQI+ quer poder viver e não apenas sobreviver no mundo e, ao contrário do que muitos pensam, não querem "converter" os heterossexuais em LGBTQI+.

Portanto, é dever dos pais educar sobre a importância de respeitar o espaço do outro. É dever do governo criar diretrizes educacionais para o respeito à diversidade sexual, leis protetoras que criminalizam a homofobia e fiscalize o cumprimento da lei. Assim como é dever da mídia divulgar o Disk 100 como forma de denúncia e a criação de propagandas de conscientização. Bem como é importante que a educação formal introduza o tema do respeito às diferenças em seus livros didáticos, exposição em sala de aula e atividades extra-curricular.

Muitos desses preconceitos se estruturam em torno de uma doutrina moral pré-estabelecida pela e para a sociedade, gerando assim a falta de espaços adequados e a “satanização” do que é natural e inerente de uma pessoa na formação de seu “EU” identitário.

A todos que ainda não compreendem o respeito, o amor e a tolerância à diferença, que a voz de Pablo Vittar em seu Clipe Indestrutível se faça ouvir: “...está na hora de transformar o preconceito em respeito, de aceitar as pessoas como elas são e querem ser”.

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. **Cidadania e Direitos humanos**. 2001a. Mimeo. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Texto disponível em [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos). Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

*DIRETORIA DE ANÁLISES DE POLÍTICAS PÚBLICAS*- FGV. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/05/17/interna-brasil,681236/em-2018-153-pessoas-lgbti-foram-mortas-no-brasil-vitimas-de-preconcei.shtml>. Acesso no dia 27/09/2018.

FANTINI, João Ângelo. **LGBTfobia**. Raízes da Intolerância. 2014.

FIGUEIREDO, R. M. D. (Org.). **Prevenção às DST/Aids em Ações de Saúde e Educação**. São Paulo: NEPAids, 1998.

GOLEMAN, Daniel. SENGE, Peter. **O foco triplo** - tradução Cássio de Arantes Leite. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 123p.

HERKENHOFF, João Baptista. **Curso de direitos humanos**. São Paulo: Acadêmica, 1994. O autor é um dos maiores juristas e escritores em Direitos Humanos do Brasil.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1997. Disponível para download <https://pt.scribd.com/document/63463431/Livro-O-Corpo-Educado-Guacira-Lopes-Louro>. Acesso no dia 27/09/2018.

MENDONÇA, Viviane Melo. **Pesquisa sobre a Violência que os Homossexuais sofrem na escola**. Realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). 2017. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/?gclid=Cj0KCQjw0a7YBRDnARIsAJgsF3NSkL0ZtkuHyRNyZ0bGmLZLJY\\_krztit2VMN2ymqoWB0sciouuLNHkaAksuEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/?gclid=Cj0KCQjw0a7YBRDnARIsAJgsF3NSkL0ZtkuHyRNyZ0bGmLZLJY_krztit2VMN2ymqoWB0sciouuLNHkaAksuEALw_wcB) Acesso no dia 30/05/2018.

**Pesquisa sobre a Violência que os Homossexuais sofrem na escola**. Realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Disponível em: [https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/?gclid=Cj0KCQjw0a7YBRDnARIsAJgsF3NSkL0ZtkuHyRNyZ0bGmLZLJY\\_krztit2VMN2ymqoWB0sciouuLNHkaAksuEALw\\_wcB](https://www.geledes.org.br/nao-e-ideologia-de-genero-e-educacao-e-deve-ser-discutido-nas-escolas-diz-pesquisadora/?gclid=Cj0KCQjw0a7YBRDnARIsAJgsF3NSkL0ZtkuHyRNyZ0bGmLZLJY_krztit2VMN2ymqoWB0sciouuLNHkaAksuEALw_wcB) Acesso no dia 30/09/2018.

PIOVEZAN, Gustavo. **Gênero e Ensino de Ciências: análise retórica de manuais didáticos de ciências** - Universidade Estadual de Maringá. Artigo apresentado no VIII Congresso IberoAmericano de Ciencia, Tecnologia e Gênero. 2010. Acesso no link: [http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/artigos\\_3.html](http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/artigos_3.html), acesso no dia 30/05/2018.

SANTOS, Boaventura de Souza(org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SHANKLE, Michael D. **The Handbook of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Public Health: A Practitioner's Guide To Service**. Haworth Press. 2006.

SOUTO, Luiza. **Assassinatos de LGBT crescem 30% entre 2016 e 2017, segundo relatório**. O GLOBO sociedade. 2018. *REVISTA E SITE O GLOBO*. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785%3fversao=amp> Acesso no dia 27/09/2018.

SWAIN, Keith W. **Gay Pride Needs New Direction.** Denver Post. 2007.

VINHAL, Gabriela. **Em 2018, 153 pessoas LGBTi já foram mortas no Brasil vítimas de preconceito.** Correio Braziliense. 2018. *Site Correio Braziliense.* Disponível em: *Site M de Mulher.* VILLA, Isabella. 2018. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/nao-existe-445-lgbts-foram-mortos-no-brasil-em-2017/> Acesso no dia 27/09/2018.